



Universidade
ESTADUAL DA PARAÍBA
Centro de Humanidades
CAMPUS III – GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

LINHA DE PESQUISA:

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

IZAÍAS SEVERINO DA SILVA

**TERRITORIOS RURAIS: ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO
ASSENTAMENTO TIRADENTES-MARI /PB**

**GUARABIRA – PB
2012**

IZAÍAS SEVERINO DA SILVA

**TERRITORIOS RURAIS: ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO
ASSENTAMENTO TIRADENTES-MARI /PB**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, campus III, como requisito às exigências para a obtenção do título de licenciado. Orientador: Pro.º Dr.º Belarmino Mariano Neto. Co-orientadora: Prof.ª Ms. Aline Barbosa de Lima.

**GUARABIRA-PB
2012**

S586t Silva, Izaías Severino da.
Territórios rurais [manuscrito]: análise do processo de formação do assentamento Tiradentes, Mari/PB /Izaías Severino da Silva. – 2012.
33 f.: il.: color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto, Departamento de Geografia”.

1. Territórios Rurais 2. Questão Agrária 3. Assentamento Tiradentes I. Título.

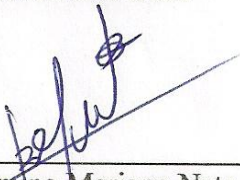
21. ed. CDD 341.42

IZAÍAS SEVERINO DA SILVA

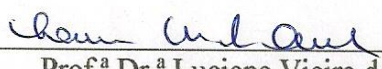
**TERRITORIOS RURAIS: ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO
ASSENTAMENTO TIRADENTES-MARI /PB**

Artigo aprovada em 04/07/2012 como requisito para a obtenção do título de Licenciatura no Curso de Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual da Paraíba pela seguinte banca examinadora:

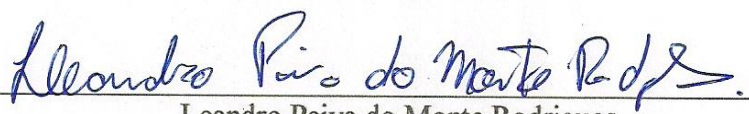
BANCA EXAMINADORA



Prof.º Dr.º Belarmino Mariano Neto
Doutor em Sociologia PPGS/UFPB
Orientador-CH/UEPB



Prof.ª Dr.ª Luciene Vieira de Arruda
Doutora em Agronomia
Examinador (a)-CH/UEPB



Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Mestre em Geografia-UFPB/CCEN/DGEOC
Examinador Externo

GUARABIRA – PB

2012

Dedico este trabalho a todas as famílias que aguerridamente lutaram para conquistar a terra que hoje constitui o Assentamento Tiradentes e que ainda continuam lutando por melhores condições de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, força criadora presente em todo o cosmo, por nos ter possibilitado a realização desse trabalho;

A minha esposa Rafaela, que é inspiração constante em minha vida;

A todos os meus amigos, pela presença enriquecedora em meu viver;

A professora Aline Barbosa, pela disponibilidade com que aceitou ser co-orientadora, sendo assim fundamental para a realização desse trabalho.

A professora Dr.^a Luciene Arruda e o Professor Ms. Leandro Rodrigues, pela participação na banca examinadora, contribuindo, dessa forma, com esse trabalho;

E ao professor Berlamino Marino, que gentilmente orientou o nosso trabalho.

A todos, o meu obrigado!

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Construção de barracas. Acampamento na fazenda Gendiroba, Mari/PB.

Figura 02- Agricultor construindo barracas no acampamento na fazenda Gendiroba, Mari/PB.

Figura 03- Vista parcial do Assentamento Tiradentes, Mari/PB.

Figura 04- Criação bovina em quintal. Assentamento Tiradentes, Mari/PB.

Figura 05- Vista frontal da escola Tiradentes. Assentamento Tiradentes, Mari/PB.

Figura 06- Unidade básica de saúde do assentamento. Assentamento Tiradentes, Mari/PB.

Figura 07- Galpão em ruínas onde funcionou a Escola Tiradentes no período inicial do acampamento, Mari/PB.

Figura 08- Antiga sede da Escola Tiradentes. Assentamento Tiradentes, Mari/PB.

Figura 09- Vista parcial da área interna da Escola Tiradentes. Assentamento Tiradentes, Mari/PB.

LISTA DE ABRIVIATURAS

CPT- Comissão Pastoral da Terra

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Mast- Movimento dos Agricultores Sem-Terra

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01- Limites da fazenda Gendiroba, Mari/PB

SUMÁRIO

RESUMO

1 INTRODUÇÃO	10
2 Fundamentação Teórica	11
2.1 Geografia: o conceito de território como categoria de análise	11
2.2 Territórios Rurais e Questão Agrária	13
3 Material e Método	18
4 Resultado e Discussão	19
5 Considerações Finais	30

REFERÊNCIAS

RESUMO

043 Geografia

Título: Territórios Rurais: análise do processo de formação do Assentamento Tiradentes, Mari/PB

Linha de Pesquisa: Território e territorialidade

Autor: Izaias Severino da Silva

Orientador: Dr.º Belarmino Mariano Neto

Co-orientadora: Prof.^a Ms. Aline Barbosa de Lima

Examinadores: Dr.^a Luciene Vieira de Arruda

Ms. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Partindo da concepção do conceito de território na ciência geográfica, objetivamos realizar uma análise do processo de formação do Assentamento Tiradentes localizado no município de Mari/PB. Para tanto, além de apreendermos as implicações do conceito de território na Geografia, enfatizamos a abordagem territorial em seu recorte espacial rural como também procuramos abordar elementos pertinentes ao que os estudiosos denominam de questão agrária brasileira, pois a temática aqui trabalhada exige que nos debruçemos um pouco sobre essa questão. O presente trabalho tem por objetivo analisar descritivamente a mobilização dos trabalhadores rurais na luta pela terra no município de Mari/PB como também do processo de territorialização dessa luta através das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra identificando suas causas e consequências. Dessa forma, nos deparamos com um histórico processo de expropriação do trabalhador rural das terras em que viviam, processo esse marcado por violência como também pela organização dos trabalhadores rurais em movimentos sociais como as famosas Ligas Camponesas. Da origem da questão agrária no estado da Paraíba, passando por vários momentos históricos como o da atuação das Ligas Camponesas na região, da mesma forma como o episódio que ficou conhecido como A Tragédia de Maria, dentre outros momentos importantes, chegamos à atuação do MST que, a partir da mobilização na luta pela terra no estado da Paraíba, conseguiu conquistar várias áreas de assentamentos como a que estudamos nesse trabalho. Em toda a análise do processo de formação do Assentamento Tiradentes, sempre consideramos o território enquanto recorte espacial geográfico, e essa abordagem não considera os elementos territoriais isoladamente, mas os veem de forma relacional e processual. Esperamos, dessa forma, contribuir para o estudo dos territórios rurais como também para a análise desse conceito na Geografia.

Palavras chaves: Territórios rurais, Questão agrária, Assentamento Tiradentes.

ABSTRACT

Starting from the design concept of territory in geographical science, we aim to perform an analysis of the formation process of the settlement in the city of Tiradentes Mari / PB. To do so, and grasp the implications of the concept of territory in geography, we emphasize the territorial approach in its spatial area rural as well as seek to address the relevant factors that scholars call the agrarian issue, because the issue here requires that we worked a debrucemos little about this issue. The present work aims to analyze descriptively the mobilization of rural workers in the struggle for land in the city of Mari / PB as well as the process of territorialization that struggle through the actions of the Movement of Landless Rural Workers identifying its causes and consequences. Thus, we find a historical process of expropriation of rural workers who lived in the land, a process marked by violence as well as the organization of rural workers in social movements such as the famous Peasant Leagues. The origin of the agrarian question in the state of Paraíba, through various historical moments as the action of the Peasant Leagues in the region, just as the episode became known as The Tragedy of Mary, among other moments, we come to the performance of the MST that, from the mobilization in the struggle for land in the state of Paraíba, has won several settlement areas such as those studied in this work. Throughout the analysis of the formation process of the settlement Tiradentes, always consider the territory as geographical spatial area, and this approach does not consider the territorial elements in isolation, but see them in a relational and procedural. We hope, therefore, contribute to the study of rural areas as well as for the analysis of this concept in Geography.

Keywords: Rural Territories, Agrarian Question, Settlement Tiradentes

1 INTRODUÇÃO

A temática aqui abordada – Territórios Rurais e Movimentos Sociais: análise do processo de formação do assentamento Tiradentes, Mari/PB – é reflexo de amplas discussões realizadas por vários pesquisadores que se dedicam ao estudo acerca das concepções do território, como também por aqueles que abordam a problemática referente ao que denominamos de questão agrária.

A questão agrária brasileira é o resultado de um amplo processo histórico que conforme Fernandes (2001) envolve, dentre outros elementos, dois agentes sociais antagônicos: o latifundiário e o trabalhador rural. Andrade (2000) afirma que a partir do enfrentamento político e social entre esses sujeitos sociais desenvolveram-se, no decorrer da história do Brasil, relações conflituosas que culminaram na organização dos trabalhadores rurais em vários movimentos sociais e entidades sindicais como forma de enfrentar o latifúndio.

A partir da segunda metade do século XX o campo brasileiro transformou-se em um verdadeiro território de lutas. Esses conflitos são resultantes de um histórico processo de expropriação e exploração do camponês. Com uma enorme concentração fundiária e a partir do Golpe militar de 1964 esses conflitos se intensificaram pois, com a chamada modernização da agricultura, impulsionada pelo modelo de desenvolvimento econômico implantado pelos militares, as desigualdades sociais no campo aumentaram. “A ditadura militar (1964-1984), intensificou a questão agrária com a implantação de um modelo de desenvolvimento da agropecuária, privilegiando o capital em detrimento da agricultura camponesa” (FERNANDES, 2004, p. 275). Com a intensificação da questão agrária a partir do golpe militar os movimentos sociais foram impedidos de agir, pois o novo governo os tinha como ameaças aos seus interesses. Daí em diante desenvolveu-se um forte e violento processo de repressão aos movimentos sociais, tanto os que atuavam nas cidades como os do campo. Como exemplo, temos a desestruturação das Ligas Camponesas.

Uma das abordagens referente ao conjunto de problemas presentes no mundo rural brasileiro é tratada pelos estudiosos como questão agrária e tem como um dos elementos de análise os problemas referentes à disputa pelo território enquanto território concreto, ou seja, a terra, pois a mesma é o centro da disputa entre latifundiários e camponeses. De acordo com

Raffestin (1993) “o território é um trunfo particular recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo das ações dos trunfos” (RAFFESTIN, 1993, p. 59-60 apud FERNANDES, 1992, p. 241). É nessa perspectiva que abordamos o conceito de território na ciência geográfica evidenciando sua utilização nessa ciência enquanto território rural e toda a problemática que envolve a disputa pela terra.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a mobilização dos trabalhadores rurais na luta pela no município de Mari/PB como também do processo de territorialização dessa luta através das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MS) identificando suas causas e consequências. A justificativa do nosso trabalho encontra-se na transformação territorial e dinâmica sócio-espacial que a mobilização dos trabalhadores rurais conferiu ao município de Mari a partir da formação do Assentamento Tiradentes.

2 FUDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Geografia: o conceito de território como categoria de análise

O que é território para a Geografia? Essa pergunta inicial é pertinente primeiramente por ser o conceito de território utilizado por outras ciências como a biologia, a sociologia e outras; daí a necessidade de compreendê-lo enquanto um conceito geográfico. Segundo porque a discussão a respeito do território ganha centralidade em nossa análise, pois o mesmo é o foco de estudo de nossa pesquisa porque a luta pela terra resulta geralmente na transformação de um novo território em outro, ou seja, do latifúndio em assentamento. Não queremos, no entanto fazer um debate exaustivo acerca deste conceito, apenas apreender sua significação na geografia e analisá-lo tendo em meta o estudo proposto.

O conceito de território surge na geografia a partir da obra de Ratzel quando este realiza um estudo geopolítico onde considera o território como “espaço vital” e governado unicamente pelo Estado. A partir dos anos 1950 o conceito de território ganha novas significações passando a ser utilizado de forma mais assídua enquanto categoria de análise

geográfica. Isso ocorre, devido às transformações técnico-científicas que vão surgir a partir dessa época e que vai ocasionar profundas mudanças sócio-espaciais. Todas essas mudanças acarretam transformações profundas na geografia fazendo surgir um novo paradigma em que

[...] busca-se romper e superar as abordagens positivista e neopositivista, pragmática, quantitativa e meramente descritiva, muito presente, por exemplo, na geografia regional francesa até este período, que negligencia o conceito de território em favor da utilização do conceito de região, entendido, sucintamente, como um recorte espacial com determinadas características naturais (*físicas*) e humanas (SAQUET, 2007, p.38).

Essa geografia que se apresenta como contestadora da chamada geografia tradicional e da nova geografia é denominada de geografia crítica e dentre outras propostas busca repensar o conceito de região (CORRÊA, 1991, p.40). Ao repensar este conceito se tem, a partir dos novos arranjos sócio-espaciais que se apresentam com as mudanças ocorridas, a necessidade de se utilizar novos recortes espaciais e não mais apenas “a velha categoria região” (SANTOS 1994. Apud BALBIM, 1996, p.161).

A partir de então se desenvolvem varias abordagens territoriais na ciência geográfica que, dependendo da intencionalidade dada à pesquisa, vão enfatizar um determinado aspecto da sociedade em detrimento de outros. Saquet (2007) expõe de forma bem clara essas abordagens.

a)Uma, eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a terceira, dando ênfase às dinâmicas políticas e cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia e, d) a última, que ganha força a partir dos anos 1960, voltada às discussões sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimento e experiências de maneira interdisciplinar (SAQUET, 2007, p.15).-

Apesar das diversas abordagens territoriais há, no entanto um elemento comum em todas: o poder. Haesbaert (2005) afirma que em qualquer definição, território relaciona-se com poder, mas não só com “poder político.” Refere-se tanto ao poder no seu sentido

concreto, ou seja, no sentido de dominação quanto no seu sentido simbólico, apropriação. Assim, na acepção de Haesbaert (2005), território tanto é “funcional” (processos de dominação) quanto “simbólico” (processo de apropriação).

A compreensão que temos do território parte da ideia de que este é posterior ao espaço, ou seja, o território é formado a partir do espaço (RAFFESTI, 1993 p.143). Portanto o território é um conceito espacial que abrange duas noções fundamentais: uma oriunda da antropologia, da psicologia e sociologia e outra do domínio jurídico que diz respeito ao ordenamento espacial. Contudo, o território não é apenas uma porção do espaço apropriada por um determinado grupo social, mas é ainda uma extensão ordenada e gerida por este grupo; uma entendida de funcionamento onde intervêm vários atores (o Estado, a empresa, a comunidade, os movimentos sociais, o indivíduo) com suas percepções e estratégias. O território é o espaço de uma sociedade como também qualquer porção espacial na qual há uma relação de domínio exercida a partir do poder, como o concebe Souza (1995).

Como o recorte espacial que abordamos é o agrário, a compreensão que temos a cerca do território implica concebe-lo a partir do desenvolvimento agropecuário ditado pela lógica da produção capitalista, desenvolvimento este que é desigual e contraditório e tem nos trabalhadores rurais, organizados em movimentos sociais, seus principais sujeitos sociais antagônicos (FERNANDES, 2001). Do antagonismo entre trabalhadores rurais e latifundiários é que se caracteriza a luta de classes em nosso trabalho e esta luta reflete a inserção do modo capitalista de produção no campo, o qual é marcado pela industrialização agrícola como também pelo processo de territorialização do capital monopolista e contraditoriamente da territorialização do modelo de produção camponês (OLIVEIRA 2005).

2.2 Territórios Rurais e Questão Agrária

A análise acerca dos territórios rurais e conseqüentemente a disputa pelos mesmos, implica a revisão daquilo que denominamos questão agrária brasileira. Dessa forma, realizamos um resgate histórico da questão agrária para compreendermos as implicações que a mesma tem na atualidade, principalmente no que envolve o processo de formação do

assentamento Tiradentes, como também é fundamental ressaltar qual o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nesse processo.

A origem da questão agrária brasileira remota ao século XVII, período de colonização do Brasil, quando o rei de Portugal divide as terras pertencentes à coroa em sesmarias entre os portugueses que tinham condições econômicas para realizar o cultivo da cana de açúcar (RIQUE, 2004). Na contramão desse processo de colonização encontravam-se os povos indígenas que foram os primeiros expropriados de suas terras de forma violenta pelos homens brancos (ANDRADE, 2000).

A partir do processo de colonização, com a utilização de imensas faixas de terras na produção de cana-de-açúcar, vamos ter a configuração das bases políticas, econômicas e sociais de um modelo de produção agrícola que vai privilegiar a concentração de terras nas mãos de um pequeno grupo em detrimento de uma grande maioria de trabalhadores rurais que vão viver subjugados, por essa elite agrária, através diferentes regimes de trabalho que perdurará por toda a história do país.

Mas afinal, o que é a questão agrária? A questão agrária diz respeito a elementos que caracterizam o processo de desenvolvimento da agropecuária, processo esse que é marcado pela inserção do modo de produção capitalista no campo. A respeito do conjunto de problemas relativos à questão agrária, Fernandes (2001) argumenta que os mesmos estão relacionados:

[...] a propriedade da terra, conseqüentemente a concentração da estrutura fundiária; os processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; a luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; a violência extrema contra os trabalhadores, a produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, as políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e a cidade, a qualidade de vida e dignidade humana. (FERNANDES, 2001, p.23-24).

Aqui se faz necessário esclarecer que na Paraíba a questão agrária assume os mesmos padrões da que se desenvolve no contexto nacional. De acordo com Pereira (2005), a questão agrária na Paraíba teve início quando da chegada dos portugueses. De início exterminaram as nações indígenas, pois quando aqui chegaram existiam três grandes nações: Tupis, sete tribos Cariris e dez da nação Tarariús. Hoje resta apenas um pequeno número de indígenas

Potiguaras no município da Baía da Traição e uma grande quantidade de lugares que recebem nomes indígenas, sendo assim testemunhos da presença secular indígena no território da Paraíba.

Todo esse conjunto de problemas relativos à questão agrária se intensificou e se tornou mais visível na sociedade brasileira a partir da atuação das Ligas Camponesas nos anos 1950. Com golpe militar de 1964 as Ligas foram extintas e o governo militar implantou um modelo de modernização da agropecuária que privilegiava a elite agrária brasileira. Passou também a subsidiar economicamente grandes proprietários de terras, com quantias volumosas a juros baixo, na compra de maquinários, insumos, assistência técnica, etc. Isso acarretou profundas mudanças na estrutura agrária nacional o que provocou um intenso êxodo da população rural em direção as periferias das cidades do país. Todas essas mudanças levaram o aumento das desigualdades sócias existentes no Brasil.

Na contramão dessas mudanças se encontravam os camponeses que historicamente excluídos de seus direitos político-econômicos foram violentamente reprimidos, assassinados, expropriados e expulsos de suas terras.

Os modelos político-econômicos brasileiros têm sido historicamente baseados na grande propriedade fundiária. Esses têm adquirido novas e diferentes dimensões ao longo da história, mas não mudam significativamente devido aos constantes pactos e rearranjos no poder e às alianças entre setores da classe dirigente urbana (setores industrial e financeiro) e a oligarquia rural. Os camponeses foram historicamente deixados de fora desses pactos políticos (Martins, 1981), sendo-lhes negado aspectos básicos de cidadania e democracia (participação popular, incluindo as condições para a tomada de decisão) (SAUER, 2010, p.76-77).

Mesmo diante de toda repressão aos movimentos sociais, tanto aos urbanos quanto rurais, a ditadura no Brasil não conseguiu aniquilar a luta da grande maioria da população que excluídas de direitos básicos e fundamentais permaneceram a resistir e a lutar por melhores condições de vida tanto na cidade como no campo.

No campo essas lutas se desenvolvem em torno dos camponeses que organizados em movimento sociais, os quais podem ser sócio-espaciais e socioterritoriais. – “movimentos sociais que tem o espaço ou o território como trunfo, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial” (FERNANDES, 2001, P. 51) – vão lutar por terra, reforma

agrária, por espaço político, enfim por um novo modelo de desenvolvimento do campo diferente do modelo idealizado pelo Estado e por todas as organizações que representam os interesses do capital.

O maior expoente dessa luta é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que gestado a partir das articulações dos trabalhadores rurais na luta pela terra na região centro-sul do Brasil, nos anos de 1979 a 1984, teve sua criação formal no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, ocorrido em janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná. Desde então o MST tem se *territorializado* pelo país, espacializando e territorializando da mesma forma a luta pela terra e pela reforma agrária.

Desde 1985, quando o MST se territorializou por todas as regiões do Brasil, os sem-terra intensificaram as ocupações, causando grande impacto político, de modo que passaram a ser os principais interlocutores no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela reforma agrária. Esses trabalhadores de origem rural ou urbana estão lutando pela terra em todas as grandes regiões (FERNANDES, 2004 p. 278).

Sem a atuação dos movimentos sociais rurais, como por exemplo, o MST, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast) e outros a reforma agrária que o Estado brasileiro diz realizar, de fato não ocorreria. Há claramente um descomprometimento do Estado brasileiro na implantação da reforma agrária. Em os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político, Martins (1995) analisa o comportamento do estado Brasileiro, diante do processo histórico de luta pela terra e atenta para sua indefinição enquanto a realização da reforma agrária, como também nos revela seu comprometimento com os ideais burgueses.

É através da organização dos trabalhadores rurais em movimentos sociais e da sua luta por terra que vemos emergir no campo a construção de novas ruralidades ou a possibilidade real da construção do “Novo Mundo Rural”. É necessário esclarecer que este “Novo Mundo Rural” não se trata do projeto lançado pelo Governo Federal em março de 1999, o qual foi alvo de severas críticas como as feita por Alentejano (2000) onde ele aponta as incoerências existentes no projeto em relação a sua fundamentação teórico-conceitual, a definição política do projeto acerca da reforma agrária que é de base tecnicista e economicista e as transformações que o projeto sofreu entre 1999 e 2000 o que revela a ineficiência das posições políticas do governo em relação ao projeto.

O “Novo Mundo Rural” a que fazemos menção reflete as novas ruralidades que emergem na atualidade no Brasil e que são consequência tanto da organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra como também da revalorização de atividades e modos de vida próprios dos espaços rurais.

Sauer (2010) afirma que “as mobilizações e lutas pela terra constroem sujeitos e transformam a realidade rural possibilitando a emergência de uma nova ruralidade” (2010, p.44). Já Moreira (2007), defende a ideia de “[...] que está em curso uma mudança cultural dos sentidos que eram atribuídos ao rural na modernidade fazendo emergir, em nossa contemporaneidade, uma nova visão de rural e de mundo rural” (MOREIRA, p. 70).

Essa nova concepção do rural tem nas ações dos movimentos sociais do campo, destaque aqui a atuação do MST, sólida representação e possibilita a construção de novas territorialidades que são representadas pelos acampamentos e assentamentos.

Os acampamentos e assentamentos são lugares fundamentais no processo de constituição de identidade e re-significação do mundo. A diferença mais significativa entre estes dois lugares é a terra, ou seja, o sonho e o desejo da terra (acampamento) e a realidade do acesso á mesma (assentamento). O acesso a esta transforma a realidade e a identidade dos “sem-terra” em pessoas “com terra”, gerando diferenças nas formas de organização e demandas políticas, sociais e econômicas (SAUER, 2010, p.62).

Portanto, a luta pela terra e como consequência a criação dos assentamentos e acampamentos representam a construção de novas territorialidades que são “[...] fundamentais no processo de constituição de identidade e re-significação do mundo.” (SAUER, 2010 p. 62). Assim a concepção dicotômica que compreende o espaço rural em oposição ao urbano, este sendo por excelência civilizado, moderno e aquele arcaico, inculto, é progressivamente rompida passando a vigorar a que apreende ambos os espaços em suas complementariedades.

Logo, a formação do Assentamento Tiradentes, enquanto consequência da luta dos trabalhadores rurais pela terra, representa uma nova territorialidade que implica uma nova materialidade, organização e dinâmica ao espaço rural no município Mari/PB. São assim construídas novas relações econômicas, culturais e políticas, que dão uma nova significação a concepção de mundo rural.

3 MATERIAL E MÉTODO

Visando alcançar os objetivos propostos foi realizado, de início, levantamento bibliográfico visando à fundamentação teórica, em seguida prosseguiu-se a leitura e fichamento do material pesquisado. Também foram realizadas pesquisas a órgãos públicos como a biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba/CH, Guarabira (UEPB/CH), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como também foram analisados dados disponibilizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Mari/PB. Também foram utilizados artigos disponíveis em revistas e materiais pesquisados na internet.

Posteriormente foram feitas pesquisa de campo, de caráter empírico, ao assentamento Tiradentes onde foram aplicadas entrevistas com cinco (05) famílias e dois (02) líderes do assentamento com o objetivo de levantar informações referentes ao momento da ocupação da fazenda Gendiroba e formação do assentamento. As entrevistas foram realizadas de modo informal fazendo com que os entrevistados tivessem toda liberdade para expressar suas opiniões com relação à temática abordada. Nesse momento da pesquisa tivemos acesso a uma importante documentação fotográfica referente ao momento da ocupação da fazenda e se pôde observar *in locu* a vivência e organização do assentamento.

Na etapa final da pesquisa, foi realizada a análise e interpretação dos dados coletados onde foi mantida uma constante comparação entre todo o material coletado no trabalho de campo e os fundamentos teóricos obtidos na revisão literária. Dessa forma chegou-se a elaboração final desse artigo.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

O município de Mari esta localizado na Região Geográfica do Litoral Paraibano, na Mesorregião da Mata Paraibana e na Microrregião de Sapé. Possui uma extensão territorial de 154,82 Km² (ATLAS ESCOLAR DA PARAÍBA, 2002). Criado em 1958 o município limita-se ao norte com Araçagi, ao sul com Caldas Brandão, a leste com Sapé e a oeste com Mulungu. Fica a aproximadamente 50,7 Km da capital, sendo o acesso feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 101 e PB 055. A população mariense é de 21.176 habitantes dos quais 17.455 vivem na área urbana e 3.721 na área rural, apresenta densidade demográfica de 136,78 hab./Km² (IBGE 2011).

Pertencente a Mesorregião da Mata Paraibana, o município de Mari encontra-se inserido em uma região onde historicamente predominou a atividade econômica da monocultura da cana-de-açúcar. Com condições climáticas favoráveis, as terras dessa região foram utilizadas em grande extensão na produção da cana-de-açúcar sendo usado como mão-de-obra um grande contingente de trabalhadores rurais que vão ser historicamente privados do acesso a terra.

A agroindústria açucareira monopolizou, durante séculos, importantes áreas geográficas e vultosos investimentos na Paraíba; em todo esse tempo, e com todos esses recursos não foi capaz de contribuir de maneira eficaz para a formação de uma estrutura rural economicamente forte, competente e suficiente para construir um mercado consumidor e que servisse de apoio a industrialização. (GEOGRAFIA ILUSTRADA, p. 18 apud SOARES, 2007, p.11).

Nessas condições o camponês sempre viveu em regime de exploração e expropriação da terra o que sempre gerou conflitos entre estes e os latifundiários. Um desses episódios de violência ocorreu em 14 de março de 1961 quando o líder camponês da fazenda Miriri, Alfredo Nascimento (vulgo Nego Fuba), é assassinado pelo sargento da polícia Manoel Pereira do Nascimento. Essa situação de exploração e violência fez com que as Ligas Camponesas atuassem fortemente na região. Bastos (1984) afirma que fora de Pernambuco os dois maiores núcleos de atuação das Ligas Camponesas localizavam-se na Paraíba, precisamente nos municípios de Sapé e Mari.

A realidade de miséria e violência vivida pelos camponeses em Sapé e Mari fez com que um grande número de trabalhadores rurais ingressasse na Liga Camponesa e essa passou a atuar fortemente na defesa dos direitos dos trabalhadores tendo como principal líder João Pedro Teixeira. Temendo a organização dos camponeses o então suplente de deputado estadual Agnaldo Veloso Borges manda matar João Pedro Teixeira. O assassinato ocorre em 02 de abril de 1962 e foi realizado por Alexandre, policial militar, e Chiquinho, um vaqueiro/capanga (PEREIRA, 2005, p. 71).

Outro episódio que demonstra o clima de intensa tensão existente na época entre camponeses e fazendeiros aconteceu no município de Mari em 15 de janeiro de 1964 e é relatado por Coelho (2004) na obra intitulada *A Tragédia de Mari*. Nesta obra Coelho descreve como se deu o enfrentamento entre funcionários da Usina São João e da fazenda Santo Antônio, ambas pertencentes à família Ribeiro Coutinho, que tendo como líder o superintendente da Cia. Usina São João e Santa Helena, Fernando Gouveia enfrentaram um grupo de camponeses que liderados por Antônio Galdino da Silva, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari, estavam acampados na fazenda Olho D'Água pertencente ao Sr. Né de Paula. Do enfrentamento resultou um total de onze mortos dentre eles Fernando Gouveia, Antônio Galdino e três policiais que participaram do confronto. A tragédia teve abrangência estadual e teve grandes implicações política.

Mais um episódio que evidencia o histórico enfrentamento entre latifundiários e camponeses na região foi o assassinato de Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande e primeira mulher a lutar pelos direitos trabalhistas na Paraíba. O fato ocorreu no dia 12 de agosto de 1983 e segundo Pereira (2005) o mandante do assassinato foi na época o então deputado estadual Agnaldo Veloso Borges, o mesmo mandante do assassinato de João Pedro Teixeira.

A partir de 1975 a 1985 vamos ter o processo de modernização do setor canavieiro paraibano que, impulsionado pelos incentivos fiscais e de créditos do Proalcool, vai produzir significativas transformações econômicas e sociais na Zona da Mata Paraibana. Targino e Moreira (2000) apontam as seguintes transformações decorrentes das ações desenvolvidas pelo Proalcool na Paraíba:

A ampliação da área de cana cultivada, que substituiu desde a vegetação nativa a culturas alimentares e matérias-primas; o aumento da produtividade

por área cultivada com cana; a ampliação do parque industrial alcooleiro, com a criação/restauração de destilarias de álcool anexas às antigas Usinas de Açúcar e a implantação de destilarias autônomas; a incorporação de novas máquinas, novos processos e técnicas tanto no processo de produção agrícola como no industrial; a intensificação do uso de fertilizantes e agrotóxicos (TARGINO E MOREIRA, 2000, p. 91).

Todas essas transformações incidiram diretamente na dinâmica populacional na Zona da mata Paraibana fazendo com que um considerado número de trabalhadores rurais fosse expulso ou expropriado de suas terras. Também causou transformações nas relações de trabalho no tocante à geração de trabalhos assalariado. Tudo isso ocasionou um intenso processo de êxodo rural na Zona da Mata Paraibana que vai se intensificar a partir de 1986 quando da crise no setor canavieiro provocada pela desestruturação do Proalcool.

De acordo com Targino e Moreira (2000), entre 1970 e 1980 a população rural nas principais microrregiões canavieira da Paraíba teve taxa de crescimento negativa sendo que a microrregião de Sapé, na qual se localiza o município de Mari, teve a maior taxa negativa de crescimento da população rural chegando a -1,93%. Com a expansão da área destinada à produção de cana essa população vai ser expropriada e expulsa do campo migrando para as periferias das cidades, porém continua vinculada a produção canavieira trabalhando temporariamente como assalariados. A crise do Proalcool vai afetar diretamente essa população que vai perder sua fonte de renda. É a partir desse contexto que Targino e Moreira (2000, p. 94), afirma que “[...] a crise da economia canavieira reforça os fatores de expulsão da população rural”.

A reação dos trabalhadores rurais vai significar o retorno ao campo, ou seja, um processo de ruralização que é concretizado a partir da ocupação de terras de propriedade de fornecedores ou usinas falidas. Daí decorre a luta dos trabalhadores rurais pela terra e como consequência a formação dos assentamentos. É assim que, segundo Targino e Moreira (2000), vai se desenvolver na Zona da Mata Paraibana 54 projetos de assentamentos no período de 1991 a 1996, sendo que na microrregião de Sapé foram instalados 15 assentamentos beneficiando 1.241 famílias. Dentre este o assentamento Tiradentes que surge como prolongamento desse movimento que se iniciou em 1991.

Todos esses fatos mostram que na região geográfica, a qual pertence o município de Mari e em região vizinhas a essa, o enfrentamento entre camponeses e latifundiários tendo como disputa a terra e os benefícios advindos de sua posse são históricos. Dessa forma

podemos concluir que as péssimas condições de vida em que historicamente viveram os camponeses, tendo sempre os direitos básicos de cidadãos negados, vivendo sempre em situação de exploração e violência, sem direito a terra e o que ela representa são fatores que estão no cerne da criação do assentamento Tiradentes.

O assentamento Tiradentes está localizado na porção leste do município de Mari/PB, na antiga Fazenda Gendiroba. A fazenda tem uma área territorial de 1.719,7 ha conforme consta no registro feito em 15-04-1968, no cartório único José Feliciano da Silva no livro 3-n, as fls. 10, localizado na cidade de Sapé/PB. De acordo com vistoria realizada pelo INCRA a propriedade tem uma área de 1.397,978 ha e apresenta uma topografia com de área territorial 70% plana e 30% ondulada, cujos limites estão apresentados no quadro abaixo:

Quadro 1 - Limites da fazenda Gendiroba, Mari/PB.

NORTE	Geraldo Minervino, Benedito de Santana, Djalma Arruda e outros
SUL	Luiz Teixeira , João Noberto e Espolio de Pedro Tomé de Arruda
LESTE	Marcos Frederico e Estrada vicinal
OESTE	Manoel Joaquim e Geraldo Minervino

Fonte: INCRA, 2003.

O Assentamento Tiradentes tem sua origem na mobilização dos trabalhadores rurais sem terra, a partir da “Marcha em defesa do Brasil”, que partiu de Cajazeiras, em 1998, cruzando 28 municípios paraibanos até chegar a João Pessoa. Segundo alguns assentados que participaram ativamente do processo de conquista da área que na atualidade é o Assentamento Tiradentes, desde a passagem da Marcha na região de Mari, houve a adesão de muitas famílias à Marcha; das famílias que dependiam do trabalho no campo, que se encontravam expropriado, enfrentando uma grave situação de desemprego.

Com o apoio dos militantes da Marcha do MST, iniciaram as ocupações de terras na região e o primeiro assentamento conquistado foi o Chico Mendes, antes fazenda Ipanema, situada no município de Riachão do Poço/PB. No ano seguinte ,no dia 11 de setembro de 1999, famílias inteiras ocuparam a fazenda Gendiroba, onde se instalaram em barracas de lona

preta. Segundo dados do INCRA, foram um total de 160 famílias beneficiadas com a desapropriação da fazenda.

O processo de ocupação da fazenda Gediroba e formação do acampamento ocorreram sem haver resistência por parte do proprietário da fazenda, pois a mesma se encontrava improdutiva e com várias dívidas trabalhista. Segundo Rosinete do Nascimento, assentada e antiga posseira, no período em que houve a ocupação uma parte das terras pertencentes à fazenda produzia cana-de-açúcar para as usinas da região, outra estava arrendada a produtores agrícolas do município e outra parte era utilizada por famílias que moravam como posseiros na fazenda. Essa situação era propícia às famílias e desfavorável ao proprietário daí talvez não ter ocorrido resistência de sua parte a ocupação da fazenda.

A pesar de não ter ocorrido resistência à ocupação da fazenda houve momentos em que a situação ficou mais tensa. No relato do Senhor Jurandir fica claro quais os momentos mais difíceis que as famílias enfrentaram durante o período de acampamento.

No tempo em que a gente estava acampado aconteceu duas situações complicadas. Uma foi quando a gente perguntou ao administrador da fazenda se ele ia ficar com agente, porque ele já morava na fazenda muito tempo. Ele disse que sim, mas depois foi embora e não voltou mais. Ai a gente se reuniu e jogou todos os móveis que tinha na casa dele fora. O outro que foi o mais difícil foi quando teve a ordem de despejo e vieram um monte de policiais tudo armado pra expulsar as famílias. Mas não aconteceu nada porque a gente combinou com as famílias pra todo mundo sair em paz e não enfrentar a polícia. Ai ficamos em um prédio abandonado perto da pista durante 15 dias depois voltamos pra fazenda de novo e combinamos não sair mais da terra. No final toda luta valeu apenas pois conseguimos conquistar a terra. (Depoimento concedido pelo assentado Jurandir Antônio da Silva. Jan./2012).

A partir desse depoimento percebemos que no processo de luta em prol da conquista da terra e conseqüentemente formação do assentamento Tiradentes não ocorreu conflitos violentos nem uma forte repressão às famílias, na defesa da terra, por parte do proprietário. Houve apenas a tentativa de juridicamente frear a ação das famílias acampadas e em contrapartida a reação das mesmas que não desistiram de luta pela terra. Contudo, em muitos casos há resistência por parte do latifundiário ao processo de ocupação da terra pelas famílias, e essa resistência é violenta e repressiva sendo própria do latifúndio respaldado na ideologia capitalista, pois como afirma Fernandes (2004): “No campo, a territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice-versa. Esses processos não são

lineares, tampouco separados, e contêm contradição porque na territorialização de um está contida a produção e a reprodução de outro”

Podemos então afirmar que é através da ação das famílias ligadas, sobretudo ao MST, que tem ocorrido efetivamente a territorialização da luta pela terra no Brasil, ou seja, o processo de reforma agrária que consequentemente é o objetivo da luta. Fernandes (2003) afirma que “o MST se territorializa por meio da ocupação da terra. A ocupação é uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato” (FERNANDES, 2003, p. 277). Ao governo cabe apenas formalizar a posse da terra com a concessão dos lotes as famílias. Foi dessa forma, com a ocupação da fazenda Gendiroba, que as famílias ligadas ao MST conseguiram conquistar suas terras. A seguir as figuras 01 e 02 mostram parte desse processo.

Figura 01- Construção de barraca. Acampamento na fazenda Gendiroba, Mari/PB.



Fonte: Fátima Rodrigues, 2000. In: Soares, 2007.

Figura 02- Agricultor construindo barracas no acampamento na fazenda gendiroba, Mari/PB



Fonte: Fátima Rodrigues, 2000. In: Soares, 2007.

A partir das imagens acima podemos inferir que a vida no acampamento é muito árdua, pois é nesse espaço que se materializa todo o processo de luta pela terra, ou seja, todos os medos, incertezas, desejos e esperanças de um futuro melhor; construções de novas identidades que são forjadas na troca de experiências das famílias vindas de diferentes lugares. “Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem, em si, os principais elementos organizacionais (FERNANDES, 2001,

p.75.)”. Esse contexto de dificuldades, lutas e resistência vivenciado no espaço e tempo do acampamento, na então fazenda Gendiroba, fica bem evidenciado no depoimento da Sr.^a Márcia:

Era muito difícil quando a gente vivia no acampamento. Ter que morar nas barracas de lona era muito ruim. Quando fazia sol o calor era muito grande e nos dias de chuva era a lama que sujava tudo. E ainda tinha o medo de a gente ser atacado a noite por pessoas armadas que quisesse que a gente saísse da terra. Teve até vezes que a gente foi despejado com policia e tudo. Mas a vontade de ter a terra pra trabalhar nos fez ter coragem pra continuar lutando.(Entrevista concedida pela assentada Márcia Valeria Oliveira da Silva Jan./2012).

Fernandes (2001) afirma que com a ocupação da terra e formação do acampamento as famílias constroem “o espaço de luta e resistência”. Isso nos fica evidente quando entrevistamos Francisca dos Santos, militante do MST e moradora do assentamento Tiradentes, e ela nos falou de quando vivia no acampamento; da esperança, do comprometimento de todos na luta pela terra, da união, de quão bom era aquele espaço de luta. Porém após nove anos de conquista da terra os ânimos aquietaram. “A mobilização dos membros do assentamento diminuiu consideravelmente” diz ela.

De acordo com o depoimento de Ricardo, assentado e militante do MST, durante três anos, período que durou o acampamento, as famílias receberam quatro ordens de despejo concedidas por liminar. Em uma delas compareceram no acampamento aproximadamente cento e trinta policias armados que exigiram a saída das famílias do imóvel o mais rápido possível. Contudo, não houve resistência por parte das famílias não sendo assim necessário o uso da violência da parte dos policias, o que geralmente ocorre nessas situações. Expulsos do acampamento, as famílias ficaram em um prédio abandonado próximo as margens da PB 055. Após quinze dias resolveram voltar à fazenda e não sair mais, porém receberam mais duas ordens de despejo.

Cansados de tanto sofrimento e movidos pelo desejo de possuírem a terra para poderem morar e trabalhar, as famílias juntamente com os líderes do movimento decidiu que seria a ultima vez que eles iriam desocupar a fazenda. Retornando a fazenda pela quinta vez esperaram que o pior acontecesse. Então fecharam as porteiras, atearam fogo em pneus e ficaram vigilantes esperando que chegassem os policiais para expulsarem, porem nada de pior

aconteceu. As dificuldades enfrentadas pelas famílias veio diminuir só em 2002, ano que INCRA emitiu o ato de desapropriação das terras dividindo-a em lotes e oficializando dessa forma o assentamento.

Conforme relata Soares (2007), no período em que as famílias ficaram acampadas – de 1999 a 2002 – houve alguns momentos em que, apoiadas pelo MST e a CPT, invadiram alguns órgãos públicos (Ministério da fazenda em João Pessoa e a sede do Banco do Nordeste também na capital), como ato político visando pressionar o governo para liberar créditos de investimentos que seriam utilizados na produção agrícola. Em outro momento chegaram a invadir a sede da prefeitura municipal de Mari, permanecendo na mesma por três dias. Essa invasão tinha por objetivo fazer com que o prefeito concedesse as famílias um trator para arar a terra.

O Assentamento Tiradentes é organizado sob a estrutura de agrovila formada por ruas, avenidas e quarteirões na qual se concentram as moradias dos assentados, a associação, igrejas, o comércio (Figura 03). Os lotes da agrovila destinados à moradia contam com uma área de 1 hectare, nos quais os camponeses costumam plantar uma variedade de produtos (milho, feijão, frutas, macaxeira, plantas medicinais), e também costumam criar animais caracterizando a cultura de subsistência, pois estes produtos são destinados ao consumo da família (figura 04). Os lotes destinados à produção para a comercialização contêm seis hectares, onde se desenvolve culturas diversas mais principalmente a cultura da mandioca.

Figura 03-Vista parcial do Assentamento Tiradentes, Mari/PB. **Figura 04-**Criação bovina em quintal no Assentamento Tiradentes, Mari/PB



Fonte: Izaías S. Silva, 2012.



Fonte: Izaías S. Silva, 2012.

É com a vivência social, com a forma de produção e organização das famílias assentadas e, sobretudo na luta por melhores condições de vida no assentamento Tiradentes que o processo de territorialização continua em desenvolvimento, pois como afirma Raffestin: “O território é trunfo particular recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é um espaço político por excelência, o campo das ações dos trunfos” (Raffestin, 1993: 59-60). Perder, pois, a essência da luta, o objetivo principal do enfrentamento político-social travado contra o capitalismo e contra o estado, que é entrar e permanecer na terra, é perder o próprio território conquistado, neste caso, o assentamento.

Com o assentamento e sua organização política social (produção agropecuária, organização interna do assentamento, dentre outros) é que a luta do MST tem se dimensionado. Após a formação do assentamento, surgem novos desafios vinculados, agora não mais a luta pela terra, mas para permanecer nela. Tais desafios compreendem aspectos políticos, sociais econômicos: políticas agrícolas favoráveis às novas formas de organização de trabalho que são desenvolvidas no assentamento contra o capital e sua atual política de desenvolvimento agrícola, moradia, saúde, educação, infraestrutura, etc. É na prática de tais atividades que o MST constrói seu espaço social e político. As figuras a seguir (05 e 06), nos mostram o resultado dessa luta em prol do desenvolvimento no Assentamento Tiradentes.

Figura 05- Vista frontal da escola Tiradentes. Assentamento Tiradentes, Mari/PB



Fonte: Izaias S. Silva, 2012.

Figura 06- Unidade básica de saúde do assentamento. Assentamento Tiradentes, Mari/PB



Fonte: Izaias S. Silva, 2012.

A construção da escola é o resultado da luta travada entre as famílias do assentamento e o governo municipal de Mari. A história da escola Tiradentes está intrinsecamente ligada a do assentamento. Segundo Costa (2010), do período em que as famílias ocuparam a fazenda até o ano de 2010 a escola funcionou em três prédios diferentes: em um prédio abandonado nas margens da rodovia PB-055, em um antigo galpão na fazenda, próximo ao acampamento (Figura 07), e em uma casa que fazia parte da antiga sede da fazenda (Figura 08). Tanto a escola como o posto de saúde foram as primeiras reivindicações feitas pelas famílias ao governo municipal.

Figura 07- Galpão em ruínas onde funcionou a Escola Tiradentes no período inicial do acampamento. Mari/PB



Fonte: Costa, 2010.

Figura 08- Antiga sede da Escola Tiradentes. Assentamento Tiradentes, Mari/PB.



Fonte: Costa, 2010.

A Escola Tiradentes tem seu projeto político pedagógico fundamentado no paradigma da educação do campo (Figura 09). A opção por esse modelo de educação está vinculada a ação que o MST desenvolve no tocante a um projeto de educação emancipador e que é fundamentado tendo por base o Dossiê MST Escola (COSTA, 2010). A partir desse modelo de educação as famílias do Assentamento Tiradentes tem a oportunidade de conscientizar as gerações futuras da importância que tem aquela terra para eles fazendo com que os alunos criem assim um vínculo com a terra.

Figura 09- Vista parcial da área interna da Escola Tiradentes. Assentamento Tiradentes, Mari/PB.



Fonte: Izaías S. Silva, 2012.

O processo de territorialização da luta pelo do MST começa com a ocupação da terra, quando as famílias estão acampadas, mas é na vivência do assentamento que ele se concretiza. “Afim, a transformação do latifúndio em assentamento é a construção de um novo território.” (FERNANDES, 2001).

No assentamento Tiradentes já territorializado, a luta que se desenvolve agora visa a uma coesão ideológica das famílias que se agrupam na associação e das famílias que fazem parte da cooperativa. Há entre os objetivos da associação e os da cooperativa do Assentamento Tiradentes, um distanciamento que provoca a formação de grupos opostos. Outro aspecto de grande relevância está na relação das famílias do assentamento e o MST. Em nossa pesquisa observamos que a maior parte das famílias perdeu o entusiasmo e o elo ideológico com o movimento. Isso interfere diretamente na consolidação do assentamento, pois diminuem consideravelmente a mobilização das famílias na luta por melhores condições de vida. Apesar desses problemas detectados no Assentamento Tiradentes, há nas famílias a consciência de pertencimento e apego a terra. Isso fica bem evidente no depoimento da Sr.^a Francisca dos Santos, assentada e militante do MST.

Toda nossa luta foi para conquistar a terra. Foi pela terra que a gente ficou morando em barracas de lona, passando noites sem dormir. Corremos até o risco de ser baleados por pistoleiros como a gente ver acontecer em muitos cantos onde há invasão. Mas valeu a pena porque conseguimos! Hoje temos 6 hectares de terra pra poder plantar e criar. Construímos boas casas e com muita luta conseguimos também uma boa escola e um posto de saúde. Tudo isso foi porque conseguimos a terra. Se não tivesse conseguido nada disso tinha acontecido e hoje não sabia como seria a nossas vidas. (Depoimento verbal concedido pela assentada Francisca dos Santos. Jan./2012).

Esse sentimento de apego e valorização da terra pelos assentados é fundamental para uma sólida construção de vivência camponesa. Pois há no Brasil varias formas de destruição da vida camponesa. Daí ser preciso trabalhar os aspectos ideológicos que envolvem a mobilização e a conscientização dos camponeses na luta pela terra.

Para interromper esse processo é preciso “A realização de uma reforma agrária que descentralize a propriedade da terra e que fosse acompanhada de política agrária que favorecesse e organizasse a pequena propriedade rural” (ANDRADE, 1995, p. 76). Também é preciso que mantenham vivas as formas de vidas próprias do mundo rural, como por exemplo, festas tradicionais, musicas tradicionais (cantadores e repentistas), folclore, dentre outros. Dessa forma serão preservadas as raízes indentitárias dos territórios rurais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST, em seus aproximadamente 28 anos de atuação, desenvolveu táticas de mobilizações que contribuíram significativamente para a realização da reforma agrária no Brasil. Em seu processo de territorialização conseguiu se expandir por todo o território brasileiro, tornando-se o principal interlocutor com o Estado quanto às questões referentes à Reforma Agrária.

Em seu processo de luta pela terra, o MST tem como principais adversários o latifúndio, o capitalismo e as políticas desenvolvidas pelo Estado que, em sua maioria, beneficia o modelo de produção capitalista e se omite na realização de políticas agrárias eficazes voltadas para o pequeno trabalhador rural. Contudo, é através do MST que vemos emergir no Brasil as bases políticas e ideológicas para a construção de um “novo mundo rural” que permeia a superação da visão errônea que compreendia o rural como atrasado, inculto. Dessa forma criam-se novas maneiras de se apropriar dos espaços rurais e como consequência disso se tem a constituição de novos e distintos territórios.

A formação do assentamento Tiradentes é consequência da histórica luta dos trabalhadores rurais pela terra e representa a formação de um novo território que inseriu no município de Mari uma nova organização e dinâmica espacial o qual tem como características novas práticas econômicas, sociais e culturais vivenciadas pelas famílias. Contudo, há ainda

muito que fazer para que a essência da luta pela terra não desapareça com a comodidade advinda da conquista da terra.

Como alternativas que auxiliem para um melhor desenvolvimento do Assentamento Tiradentes, apontamos realização de políticas públicas voltadas especificamente para o assentamento em que seja contemplados o modo de produção camponesa, a cultura camponesa, a educação fundamentada no paradigma da educação do campo, a qual já vem sendo praticada no assentamento, e valorização da natureza para que a mesma seja preservada. Também é importante que as famílias mantenham vivas a história da luta pela terra e formação do assentamento para que as gerações futuras não esqueçam de que aquele território em que vivem foi conquistado como muito esforço e sempre busque meio de permanecerem com dignidade naquela terra.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel C. **Lutas Camponesas no Nordeste**. Série Princípios. São Paul: Ática, 2000.
- ANDRADE, Manoel C. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, Recife: IPESP, 1995.
- ALETEJANO, Paulo Roberto R. **O Que Há de Novo no Rural Brasileiro?** *Terra Livre*, São Paulo, n.15. p.87-112, 2000.
- BALBIM, Renato Nunes. **Região, Território, Espaço: funcionalização e interfaces**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.) *Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos: obra revisada*, Hucitec.São Paulo, 1996.
- BASTOS, Elide R. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- COSTA, Luciélío Marinho. **A Construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Tiradentes/Mari-PB: desafios e possibilidades para a educação do campo**. Dissertação de mestrado, PPGE/UFPB. João Pessoa, 2010.
- COELHO, Néilson. **A Tragédia de Mari**. Idéia: João Pessoa, 2004.
- CORRÊA, Roberto L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo; Série Princípios. Editora Ática, 1991. 93p.
- FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária: Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, Bernardo M. **Vinte Anos do MST e a Perspectiva de Reforma Agrária no Governo Lula**. Anás do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/I Simpósio Internacional de Geografia Agrária. São Paulo, 7 de novembro de 2003. p. 273-291.
- FERNANDES, Bernardo M. **Vinte anos do MST e a Perspectiva de Reforma Agrária no Governo Lula**. In: Oliveira, A.U., Marques, M. I. (org.). *O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela E Editora Paz E terra, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização a Multiterritorialidade**. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. **Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a exclusão territorial**. Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, 2005.
- IBGE. **Censo Demográfica**, 2010.
- INCRA/PB. **Quadro Demonstrativo dos Projetos de Assentamento**. João Pessoa: INCRA, 2006.
- MOREIRA, Roberto José. **Terra, Poder e Território**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 360p.

- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A geografia Agrária e as Transformações Territoriais recentes no Campo Brasileiro.** In: CARLOS, Ana Fani, A. *Novos Caminhos da Geografia* 5. ed. – São Paulo, 2005. p.63-110.
- PEREIRA, Antônio Alberto. **Além das Cercas: um olhar educativo sobre a reforma agrária.** João Pessoa: Ideia, 2005.
- RODRIGUES, Janete Lins. *Atlas Escolar da Paraíba.* João Pessoa: GRAFSET, 2002. 3ª edição.
- RIQUE, Lenyra. **Do Senso Comum à Geografia Científica.** São Paulo: Contexto, 2004.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- SAQUET, Marcos A. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- TARGINO, Ivan & MOREIRA, Emília. **Êxodo Rural na Paraíba: análise do período 1991/96.** In: SANTOS, Tais de Freitas (org.) *Dinâmica das Regiões Norte e Nordeste. Questões Atuais e Emergentes.* Recife: FLN, 2000, 205 p.
- SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SOARES, José Ailton. **Conflitos e Estratégias de Resistência Camponesa: o caso do Assentamento Tiradentes Mari/PB.** Monografia-graduação (UFPB/CCEN). João Pessoa, 2007.
- SOUZA, Marcelo L. de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Et. Al. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas.* Rio de Janeiro Brasil: Bertrand, 1995. P. 77-116.